

A centralidade da ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável

Larissa Barros¹

Durante a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (realizada em Brasília, nos dias 26 a 28 de maio de 2010), ouvi várias vezes, em palestras proferidas por representantes das organizações da sociedade civil, quase que um pedido de desculpas por estarem falando naquele espaço, segundo eles, “acadêmico”. Essa postura é interessante e nos faz refletir. Por que essas pessoas sentem-se assim?

Podemos dizer que a resposta a essa questão passa pela cultura do próprio “Sistema de Ciência e Tecnologia”, que é formado e voltado apenas para os atores do meio científico e acadêmico. Hoje, algumas autoridades e estudiosos do tema dizem que até houve uma abertura nesse campo, por considerar uma ampliação na relação e no diálogo deles com as empresas, inclusive com o aumento no volume de financiamento para esse setor da sociedade.

Mas essa resposta não está completa e não explica tudo.

A ideia de que o tema “Ciência, Tecnologia & Inovação é para cientistas e acadêmicos” impregnou a sociedade como um todo. As organizações da sociedade civil, em grande parte, assumiram essa “verdade”. Sinal claro disso é o pequeno número de organizações, diante do universo das ONG brasileiras, que se mobilizou para participar, por exemplo, do processo de construção e discussões preparatórias à 4ª CNCTI. A sociedade, em geral, ainda não entendeu a centralidade que têm a ciência e a tecnologia para a promoção do desenvolvimento sustentável.

¹ Secretária Executiva da Rede de Tecnologias Sociais (RTS).

Quando pensamos e discutimos a necessidade do mundo de construir outro modelo de desenvolvimento, sempre dizemos que é preciso considerar múltiplas dimensões, o que está correto. Falamos, por exemplo, que não é possível promover desenvolvimento sustentável sem investir em educação, saúde, habitação, produção de alimentos saudáveis, energias renováveis, numa economia de baixo carbono, cooperação, enfim, sem atuar em todas essas dimensões sem destruir o planeta.

Mas, em geral, a gente não pensa, nem fala, que é preciso repensar o padrão científico e tecnológico vigente, pois ele precisa estar em sintonia com esses anseios. Ou seja, não é possível promover desenvolvimento sustentável sem investir em uma concepção e uma política de CT&I que dê sustentação e condições a que esse novo modelo se implemente. É preciso perceber a centralidade da CT&I nesse contexto.

Portanto, discutir ciência, tecnologia e inovação não é só “tarefa e responsabilidade de cientistas e acadêmicos”. A sociedade precisa se apropriar dessa questão e entender, inclusive, que desde sempre ela já é sujeito produtor de conhecimento e desenvolvedor de tecnologia. Com isso, não quero que achem que estou dizendo que a “academia” não é importante. Muito pelo contrário. Ela é fundamental e os demais atores da sociedade precisam dela e precisam interagir com ela para que aconteça e se fortaleça a conexão de saberes.

Com essa relação fortalecida, os frutos tendem a ser mais próximos do desenvolvimento de soluções que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável, em diálogo com o Brasil real e a serviço da promoção do bem-estar das pessoas – as que estão vivas e as que virão. É a “solução” decorrente desse processo de interação que, na Rede de Tecnologia Social (RTS), chamamos de tecnologia social. E tem sim, muitas pessoas e organizações, de todos os ambientes, pensando, desenvolvendo e reaplicando essas tecnologias.

Só no Brasil, que fazem parte da Rede, são quase 850 instituições envolvidas entre ONG, universidades, centros de pesquisa, órgãos de governo, empresas. E esse movimento vem crescendo e os avanços estão acontecendo.

Para mostrar o que está acontecendo, a RTS desenvolveu e lançou o Espaço Aberto de Conhecimento, plataforma virtual vinculada ao Portal (www.rts.org.br), onde será possível que compartilhem experiências e construamos conhecimentos de forma colaborativa, a partir da dinâmica estabelecida.

Mas há muito ainda para avançar.

Precisamos da aprovação do marco legal das tecnologias sociais.

Precisamos de um orçamento específico, dentro do MCT, quem sabe até um fundo setorial, que não seja só para “fazer de conta”, nem apenas os 2% que hoje são destinados às ações que envolvem tecnologias sociais, nem tampouco que fiquemos dependentes de emendas parlamentares.

Precisamos participar dos espaços e instâncias de tomada de decisão sobre a política de CT&I do país, precisamos ser considerados como atores do sistema de ciência e tecnologia.

Tudo isso porque ciência, tecnologia e inovação tem relação direta com desenvolvimento sustentável e isso precisa ser, de fato, incorporado, de verdade, por todos em nosso país.